

UMA ANÁLISE DO ESTATUTO COMUNICATIVO DAS ORAÇÕES INTRODUZIDAS POR *AUNQUE* À LUZ DA GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

AN ANALYSIS OF THE COMMUNICATIVE STATUS OF CLAUSES INTRODUCED BY AUNQUE IN THE SPOKEN SPANISH IN THE LIGHT OF FUNCTIONAL DISCOURSE GRAMMAR

Talita Storti GARCIA¹

Resumo: Este estudo analisa, com base na teoria da Gramática Discursivo-Funcional, o estatuto comunicativo de contextos oracionais introduzidos por *aunque* no espanhol falado. De acordo com a literatura da língua espanhola, *aunque* pode expressar concessão ou adversidade. A Gramática Discursivo-Funcional reconhece a proximidade entre esses dois tipos semânticos, concebida no modelo como função retórica *Concessão*. De acordo com a teoria, a concessão pode ocorrer como função semântica ou retórica. Nesse último caso, em espanhol, os juntores que assinalam essa relação no processo de codificação morfossintática podem ser *aunque* ou *pero*. Os resultados mostram que a diferença de uso entre *aunque* e *pero* se dá em função do estatuto do Ato Discursivo envolvido na representação subjacente.

Palavras-chave: Funcionalismo. Concessão. Adversidade. Espanhol. *Aunque*. *Pero*.

Abstract: This study analyzes, based on Functional Discourse Grammar, the communicative status of clauses introduced by *aunque* in spoken Spanish. According to Spanish literature, *aunque* may express concession or adversity. The Functional Discourse Grammar recognizes the proximity between these two semantic types, conceived in this model as the rhetorical function *Concession*. According to the theory, the concession may occur as a semantic or rhetorical function. In the latter case, in Spanish, the nexus that indicate this relationship in the morphosyntactic coding process may be *aunque* or *pero*. The results show that the difference in use between *aunque* and *pero* is due to the status of the Discursive Acts involved in the underlying representation.

Keywords: Functionalism. Concession. Adversity. Spanish. *Aunque*. *Pero*.

¹ Garcia. UNESP. E-mail: talitasg@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8695-6086>

- | Uma análise do estatuto comunicativo das orações introduzidas por *aunque* à luz da gramática discursivo-funcional

O juntor *aunque* é concebido pela perspectiva tradicional do espanhol no rol das conjunções concessivas e também no rol das conjunções adversativas (cf. SÁNCHEZ, 2001). Essa sobreposição semântica se dá porque, conforme a *Nueva Gramática de la Lengua Española* (2009), esse conector apresenta sentido genuinamente concessivo, mas adquiriu, ao longo do tempo, valores adversativos.

A expressão da adversidade por esse juntor não se dá, no entanto, em qualquer contexto. A interpretação adversativa de *aunque*, segundo a *Nueva Gramática de la Lengua Española* [doravante NGLE] (2010), só é possível quando esse conector introduz uma oração que ocorre com verbos no indicativo e se pospõe a uma outra oração, uso denominado *restrictivo*.

Crevels (2000) estende seu olhar sobre esses usos e afirma que a distinção entre eles reside na força argumentativa. Vejamos os exemplos da autora de (1) a (3) a seguir.

- (1) *Aunque me duelen los pies, puedo andar.* (CREVELS, 2000, p. 19).
- (2) *Me duelen los pies, aunque puedo andar.* (CREVELS, 2000, p. 19).
- (3) *Me duelen los pies, pero puedo andar.* (CREVELS, 2000, p. 19).

Afirma Crevels que a força argumentativa da oração introduzida por *aunque* em (1) é menor do que da oração introduzida por *aunque* em (2). Para ela, a força argumentativa da oração prefaciada por *aunque* em (2) e por *pero* em (3) é maior do que a força argumentativa das orações prefaciadas por *aunque* em (1), o que coloca *aunque* e *pero* em posição de igualdade no que diz respeito ao estatuto comunicativo em casos como (2). Julgamos, no entanto, ser possível estabelecer, do ponto de vista discursivo-funcional, algumas distinções entre *aunque* e *pero* em contextos como os de (2) e de (3).

A Gramática Discursivo-Funcional também reconhece a proximidade entre a concessão e a adversidade, pois, neste modelo, esses dois tipos configuram *função retórica Concessão*, isto é, uma relação entre dois Atos Discursivos, um Nuclear e outro Subsidiário. Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam, entretanto, que a diferença entre *although* (embora) e *but* (mas) reside no estatuto comunicativo dos Atos Discursivos envolvidos.

As considerações de Crevels (2000) sobre a força argumentativa de *aunque* em diferentes contextos e os postulados de Hengeveld e Mackenzie (2008) sobre o estatuto dos Atos Discursivos envolvidos na função retórica Concessão nos impulsionam a olhar para as questões argumentativas envolvidas no uso dessas conjunções.

O objetivo deste artigo, dessa forma, é analisar as relações argumentativas envolvidas nos diferentes usos da conjunção *aunque*. Como objetivo específico, pretendemos: (i) discutir a força argumentativa de *aunque* em diferentes contextos, conforme representam os exemplos (1) e (2); (ii) investigar o que leva o falante a utilizar *aunque* ou *pero* nos denominados usos *restrictivos*, como exemplificam (2) e (3).

A argumentação será entendida aqui como uma questão linguística, a busca da persuasão do ouvinte pelo falante, assim como o fazem Montolío (2001) e Guimarães (2007), autores que tomam como base a Teoria da Argumentação de Ducrot (1980).

O universo de investigação consiste em ocorrências extraídas do *corpus* PRESEEA - *Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América* (<http://preseea.linguas.net>) – um projeto que reúne inquéritos representativos do mundo hispânico e sua variedade geográfica e social. Como o Projeto recobre ampla gama de cidades e países, baseamo-nos apenas na cidade de Alcalá de Henares, Espanha, que se encontra em fase mais avançada de organização das amostras.

Este trabalho se organiza da seguinte forma: a seção intitulada “O parentesco lógico: concessão e adversidade” aborda as principais considerações sobre essa sobreposição advindas de estudos da literatura universal e as relaciona aos conceitos de força argumentativa de Ducrot (1980). Na seção seguinte, intitulada “Preceitos da Gramática Discursivo-Funcional”, apresentamos os principais conceitos teóricos necessários para a compreensão da análise das orações em foco neste trabalho. Na terceira seção, denominada “Uma análise das relações argumentativas em orações introduzidas por *aunque*”, por sua vez, aplicamos as considerações teóricas à análise das ocorrências, o que culmina na Conclusão deste estudo, apresentada ao final.

O parentesco lógico: concessão e adversidade

A relação entre concessão e adversidade no espanhol é um fenômeno denominado *parentesco lógico*² por Flamenco García (1999). Essa sobreposição não é exclusiva do espanhol, mas é reconhecida por vários autores em diferentes línguas (cf. KÖNIG, 1985; NEVES, 1999; CREVELS, 2000, entre outros).

2 Em alguns contextos, essas noções se fundem a tal ponto que autores como Couper-Kuhlen e Thompson (2000) e Barth (2000), não fazem mais distinção entre elas. Do ponto de vista da Teoria da Estrutura Retórica, Couper-Kulen e Thompson (2000) defendem a existência, na conversação, de um tipo de concessiva denominada *concessiva cardinal*, prefaciadas por *but*, utilizadas pelo falante para conceder uma informação contrastiva em determinados contextos de fala. Barth (2000), por seu turno, denomina *concessivas* tanto as orações introduzidas por *although* quanto por *but*, sendo essas últimas, para o autor, muito recorrentes por serem mais fáceis de serem processadas cognitivamente, são as *concessivas paratáticas*, utilizadas pelo falante como estratégias de preservação da face.

- | Uma análise do estatuto comunicativo das orações introduzidas por *aunque* à luz da gramática discursivo-funcional

A concessão, de acordo com Neves (1999), apresenta um fato que poderia representar um obstáculo para o que está contido na oração principal, mas não o faz, pois a oração principal se mantém. Nesse sentido, ainda segundo a autora, numa sentença concessiva, a verdade da oração principal é asseverada, apesar da proposição contida na oração subordinada. No português, assim como no espanhol, as concessivas encontram-se no rol das subordinadas adverbiais. No espanhol, apresentam o seguinte esquema lógico-semântico (cf. MONTOLÍO, 2001): *Aunque p, q* (*Embora p, q*).

As orações que compõem uma construção concessiva, de acordo com Crevels (2000), apresentam carácter factual e, ao produzir algo que se encaixa nesse molde, o falante se compromete com a verdade das duas orações, da subordinada, (*p*) e da principal, (*q*). Ao afirmar o que está contido nessas duas orações, segundo a autora, o falante assume que o conteúdo de (*p*) e de (*q*) são geralmente incompatíveis, o que faz com que a concessão seja uma relação baseada em pressuposições.

A adversidade, por sua vez, de acordo com König (1985), já no rol das orações coordenadas, pode ser definida como uma relação entre orações que apoiam conclusões contraditórias, sendo que a principal, apoiada pelo falante, é expressa pela segunda oração. Essa relação pode ser representada pelo esquema *P, pero q*. Considerando esse esquema, com base em Ascombre e Ducrot (1977), König afirma que (*p*) é argumento para a conclusão (*r*), enquanto a segunda oração (*q*) apoia uma conclusão oposta a *não(-r)*, sendo essa a que carrega maior peso na argumentação, conforme ilustra (4) a seguir:

- (4) *p mas q*
 $p \rightarrow r$
 $q \rightarrow \text{não-}r$
q apresenta maior peso argumentativo
 (KÖNIG, 1985, p. 6)

Acrescenta Crevels (2000, p. 17) que, ao contrário das concessivas, nas orações adversativas o falante não necessariamente se compromete com a verdade das duas orações, mas trata-se de uma relação também baseada em pressuposições.

Essas relações podem ser elucidadas a seguir com exemplos da língua espanhola dados por Flamenco García (1999, p. 3809):

- (5) *Aunque* Pepe estuvo muy enfermo, fue a trabajar.
 (FLAMENCO GARCÍA, 1999, p. 3809)
Embora Pepe estivesse muito doente, foi trabalhar.

- (6) Pepe estuvo muy enfermo, *pero* fue a trabajar.
(FLAMENCO GARCÍA, 1999, p. 3809)
Pepe estava muito doente, *mas* foi trabalhar.

Observamos que (5) obedece ao reconhecido esquema concessivo *Aunque p, q*, em que a oração subordinada concessiva (*p*), *aunque Pepe estuvo muy enfermo*, poderia representar um obstáculo para o que está contido na oração principal (*q*), *fue a trabajar*, mas não chega a impedi-la. A pressuposição (*r*) aqui é a de que pessoas doentes geralmente não saem para trabalhar, sendo, portanto, (*p*) e (*q*) incompatíveis, havendo entre as duas orações uma relação de oposição.

Esse contraste é mantido em (6), em que a primeira oração, *Pepe estuvo muy enfermo*, poderia levar o ouvinte a concluir que Pepe não foi trabalhar enquanto a segunda, *fue a trabajar*, se opõe fortemente a essa possível conclusão, sendo essa a oração que carrega maior peso na argumentação.

Para Crevels, a principal distinção entre (5) e (6) reside no tipo de conceito veiculado pela oração que o jutor introduz. Para a autora, (*q*) expressa um conceito primário tanto no esquema *p, mas q* quanto no esquema *Embora p, q*, enquanto (*p*) expressa um conceito secundário.

Nesse sentido, imaginemos um contexto em que um funcionário está sendo avaliado pelo patrão, que ouve de seu conselheiro algo como (5) ou (6). Certamente, nos dois casos, Pepe seria bem avaliado, pois o patrão poderia inferir que Pepe é muito responsável, bom trabalhador, etc. Em (5), a força argumentativa da oração principal (*fue a trabajar*) é maior do que da oração subordinada (*aunque Pepe estuvo muy enfermo*), que representa um possível obstáculo para o que está contido na oração principal. Em (6), por sua vez, a força argumentativa da oração introduzida por *pero* (*fue a trabajar*) é maior do que da primeira oração (*Pepe estuvo muy enfermo*).

Esclarece Montolío (2001), com base na Teoria da Argumentação de Ducrot e Ascombre (1994/1983 apud MONTOLÍO, 2001, p. 51), que em casos como (5), o falante admite, na oração introduzida por *aunque*, a existência de uma possível objeção ou contra-argumento que poderia ser utilizado pelo seu ouvinte; introduz, portanto, um argumento fraco. Em contextos como (6), diferentemente, *pero* introduz uma informação que se apresenta como poderosa do ponto de vista argumentativo e que, portanto, conduz a conclusão do ouvinte.

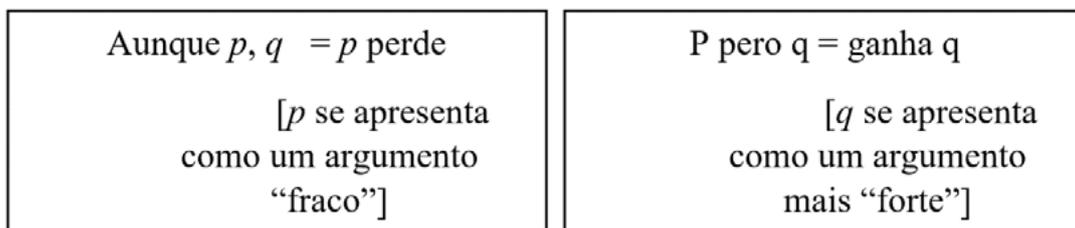
Para elucidar essas distinções, a autora se baseia no exemplo (7), que pode ser apresentado também como em (8):

- | Uma análise do estatuto comunicativo das orações introduzidas por *aunque* à luz da gramática discursivo-funcional

- (7) *Aunque* resulta demasiado caro, este coche me encanta. (MONTOLÍO, 2001, p. 52).
Embora saia muito caro, eu adoro esse carro.
- (8) Este coche me encanta, *pero* resulta demasiado caro.
Eu adoro esse carro, mas sai muito caro.

Afirma a autora que, se (7) é dirigida por um cliente a um vendedor de automóveis, o vendedor se sentirá muito otimista: parece claro que o comprador admite a existência de um possível contratempo (o preço do carro), mas assinala que o valor do carro não constitui obstáculo suficiente que lhe impeça de gostar do carro, ou seja, é um obstáculo “fraco” do ponto de vista argumentativo. Caso o cliente proferisse algo como (8), o vendedor não se sentiria tão animado com a possível venda, pois a conclusão que chega é a de que o cliente certamente não comprará o carro, isso porque, *pero* introduz o argumento mais forte. Com base nessas considerações, Montolío (2001, p. 52-53) apresenta os seguintes esquemas argumentativos:

Figura 1. Esquema argumentativo



Fonte: Montolío (2001, p. 52-53) adaptado e traduzido para o português

A partir dos esquemas propostos pela autora se pode observar que *aunque* e *pero* ocorrem em contextos de oposição e de pressuposição. Distinguem-se, no entanto, em alguns aspectos: apresentam forças argumentativas diferentes e ocupam posições diferentes. Enquanto *aunque* introduz a primeira oração do esquema concessivo, *pero* introduz a segunda oração.

No caso de *aunque*, essa posição pode variar³, pois pode introduzir a segunda oração da construção. Assim, é possível que esse juntor encabece a primeira ou a segunda oração da construção, conforme representam (9) e (10) a seguir:

³ Para maiores informações sobre a posição de *aunque*, ver Parra-Araújo e Gasparini-Bastos (2020).

(9) *Aunque* Jaime estudia mucho, no consigue aprobar.
(FLAMENCO GARCÍA, 1999, p. 3817).
Embora Jaime estude muito, não consegue passar na prova.

(10) Jaime no consigue aprobar, *aunque* estudia mucho.
(FLAMENCO GARCÍA, 1999, p. 3817).
Jaime não consegue passar na prova, *embora* estude/estuda muito.

De acordo com Flamenco García (1999), em (9), o esforço de Jaime parece pesar menos do que os frutos conquistados, o que resulta em uma leitura negativa. Já em (10), o falante privilegia os esforços de Jaime e não suas conquistas, o que demonstra uma atitude mais benévola do falante, resultando em uma leitura mais positiva. Em casos como o de (10), segundo o autor, *aunque* pode adquirir um valor equivalente a *pero*⁴, o que resulta na construção a seguir:

(11) Jaime no consigue aprobar, *pero* estudia mucho.
Jaime não consegue passar na prova, mas estuda muito.

Para Crevels (2000), em contextos como o de (9), a força da oração principal (*q*) (no consegue aprobar) contra seu pressuposto (*r*) é maior do que a força da oração introduzida por *aunque* a favor de (*r*) (va a aprobar). Em contextos como (10) e (11), diferentemente, a força da oração introduzida por *aunque* e por *pero* (*q*) contra (*r*) é maior do que a força de (*p*) a favor de (*r*).

Como se pode observar, a autora afirma que em contextos como (10) e (11), *aunque* e *pero* apresentam o mesmo tipo de força argumentativa, o que pretendemos discutir neste trabalho. Se esses dois jutores apresentam o mesmo estatuto argumentativo, o que leva o falante a utilizar um e não o outro?

Esse questionamento pode ser respondido ao olhar para alguns preceitos da Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008).

4 Segundo Flamenco García (1999, p. 3719) e a *Nueva Gramática de la Lengua Española* (2010), a interpretação adversativa de *aunque* só é possível quando a oração introduzida por *aunque* é precedida por uma pausa e o verbo ocorre no indicativo. Garcia e Felipe (2019), já do ponto de vista discursivo-funcional, afirmam que essas condições são apenas características morfossintáticas de um fenômeno que ocorre no Nível Interpessoal.

- | Uma análise do estatuto comunicativo das orações introduzidas por *aunque* à luz da gramática discursivo-funcional

Preceitos da Gramática Discursivo-Funcional

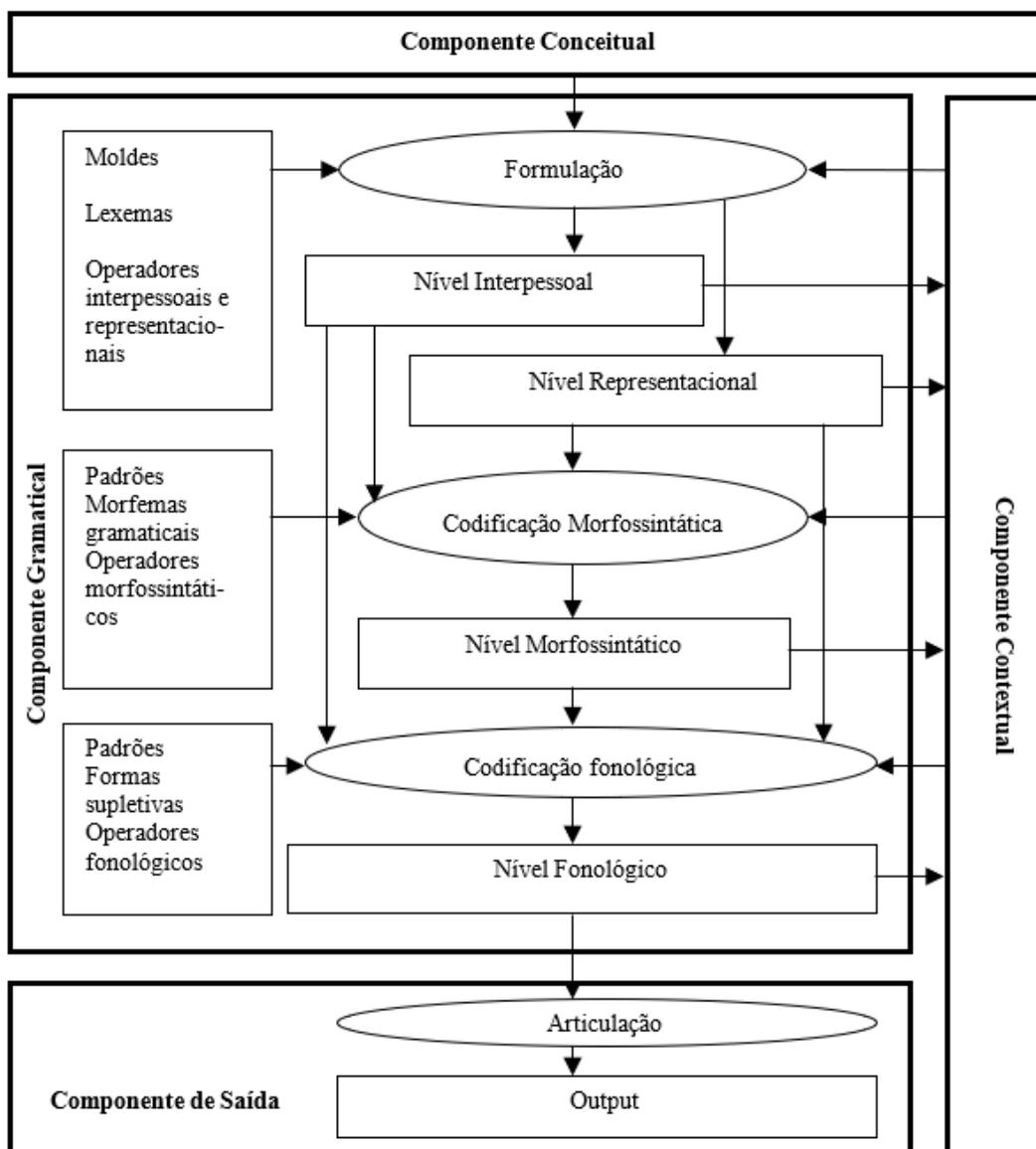
A Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF) é um modelo tipologicamente orientado, capaz de fornecer um arcabouço (*framework*) para a enunciação e comparação dos universais da estrutura linguística em diferentes línguas (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), pois concebe o usuário da língua como conhecedor de suas unidades formais e funcionais, assim como das maneiras possíveis de serem combinadas (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2012).

Com base em estudos psicolinguísticos, apresenta uma rigorosa organização descendente, que parte da intenção do Falante em direção à articulação, pois assume que um modelo de gramática pode ser mais eficiente quanto mais se aproximar do que ocorre com o processamento da linguagem nos usuários de uma língua (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Nessa organização *top-down*, duas grandes operações precisam ser distinguidas: a de formulação e a de codificação. A primeira, a de formulação, diz respeito às regras que determinam quais são as representações semânticas e pragmáticas subjacentes válidas em uma língua. A segunda, a codificação, diz respeito a regras que convertem as representações semânticas e pragmáticas em representações fonológicas e morfossintáticas (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

A GDF é concebida, conforme mostra a figura (1) a seguir, em termos de um Componente Gramatical de um modelo de interação verbal que se liga a outros três componentes: Conceitual, Contextual e de Saída.

Figura 1. Layout geral da GDF



Fonte: Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 13, tradução nossa)

O Componente Conceitual é pré-linguístico, responsável pelo desenvolvimento da intenção comunicativa relevante para o evento de fala corrente, é a força motriz por trás do Componente Gramatical como um todo. O Componente de Saída gera expressões acústicas ou escritas com base na informação fornecida pelo Componente Gramatical. O Componente Contextual apresenta a descrição do conteúdo e da forma do discurso precedente, do contexto real perceptível em que ocorre o evento de fala e das relações sociais entre os indivíduos (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

- | Uma análise do estatuto comunicativo das orações introduzidas por *aunque* à luz da gramática discursivo-funcional

No Componente Gramatical distinguem-se quatro Níveis hierarquicamente organizados: o Interpessoal, que trata dos aspectos pragmáticos da interação, o Representacional, que trata dos aspectos semânticos, o Morfossintático, que trata dos aspectos estruturais das unidades linguísticas, e o Fonológico, responsável por todos os aspectos da codificação não abrangidos pelo Morfossintático.

No Nível Interpessoal são reconhecidas as unidades do Movimento (M), que pode conter um ou mais Atos Discursivos (A). Cada Ato contém uma Ilocução (F), que especifica uma relação entre os Participantes (P): Falante (S) e Ouvinte (A) – grafados com letra maiúscula daqui em diante – e um Conteúdo Comunicado (C), que se constitui de Subatos Atributivos (T) e Subatos Referenciais (R).

$$(M_1: [(A_1: [(F_1) (P_1)_S (P_2)_A (C_1: [(T_1)_{\{\Phi\}} \dots (T_{1+n})_{\{\Phi\}}] (R_1)_{\{\Phi\}} \dots (R_{1+n})_{\{\Phi\}}]) (C_1)_{\{\Phi\}}]) (A_1) \dots (A_{1+n})_{\{\Phi\}}] (M_1))$$

No Nível Representacional, as unidades são descritas em termos de categorias semânticas que designam: Conteúdo Proposicional (p), que contém um ou mais Episódios (ep), que contém uma ou mais descrições de Estado-de-Coisas (e). Esse, por sua vez, é caracterizado por uma Propriedade Lexical (f), simples, ou por uma Propriedade mais complexa, a Configuracional (f^c), de natureza composicional e que contém uma combinação de unidades semânticas sem hierarquia entre si.

$$(p_1: [(ep_1: [(e_1: [(f_1): [(f_2)^n (x_1)_{\Phi} \dots (x_{1+n})_{\Phi}] (f_1^c)) \dots (f_{1+n}^c) (e_1)_{\Phi}] \dots (e_{1+n})_{\{\Phi\}}] (ep_1)) \dots (ep_{1+n})_{\{\Phi\}}] (p_1))$$

O Nível Morfossintático, por sua vez, cuida da codificação das distinções interpessoais e representacionais. Muito do que acontece nesse nível é funcionalmente motivado tal como a ordenação de constituintes. As camadas de organização são: Expressão Linguística (Le), Oração (Cl), Sintagma (Xp) e Palavras (Xw).

$$(Le_1: [(Xw_1) (Xp_1) (Cl_1: [(Xw_2) (Xp_2: [(Xw_3) (Xp_3) (Cl_3)] (Xp_2))_{\{\Phi\}}] (Cl_2)_{\{\Phi\}}] (Cl_1))] (Le_1))$$

A unidade básica de análise da GDF é o Ato Discursivo. A relação entre os Atos pode ser de equipolência ou de dependência. Interessa-nos, neste estudo, as relações de dependência, que ocorrem entre um Ato Discursivo Nuclear e outro Subsidiário, sendo esse último o que apresenta a função retórica. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), a função retórica ocorre quando o falante atribui aos Atos Discursivos estatuto desigual. A dependência é assinalada, assim, na representação subjacente por meio da função retórica. As funções retóricas são: Motivação, Orientação, Esclarecimento (ou Correção), Aposição (*Aside*) e Concessão (cf. PEZATTI; CAMACHO, 2017).

A função retórica *Concessão* é utilizada pelo Falante para *conceder* uma informação ao Ouvinte. Ele concede algo para corrigir (total ou parcialmente o que foi apresentado

na oração anterior), para preservar a face (própria ou de outrem) ou simplesmente para “ser cordial” com seu Ouvinte (cf. GARCIA, 2010). Nesse caso, é o Ato Subsidiário que é assinalado pelo juntor (*although*), conforme se observa em (14a) e sua representação em (14b).

Admitem Hengeveld e Mackenzie a possibilidade de marcar o Ato Nuclear com *but* (mas), conforme se observa em (15a) e sua representação em (15b):

- (14a) The work was fairly easy, *although* it took me longer than expected.
(HENGEVELD; MACHENZIE, 2008, p. 54).
O trabalho foi razoavelmente fácil, *embora* tenha levado mais tempo que o esperado.
- (14b) $(M_1: [(A_1: - \text{the work was fairly easy} - (A_1)) (A_2: - \text{it took me longer than expected} - (A_2)_{\text{Conc}}]) (M_1))$
- (15a) The work took longer than expected, *but* it was easy.
(HENGEVELD; MACHENZIE, 2008, p. 55).
O trabalho levou mais tempo que o esperado, *mas* foi fácil.
- (15b) $(M_1: [(A_1: - \text{the work took longer than expected} - (A_1)_{\text{Conc}} (A_2: \text{it was easy} (A_2))] (M_1))$

É preciso enfatizar que, nas representações em (14b) e em (15b), os conectores *although* e *but* não entram na configuração. Isso porque o juntor assinala, no processo de codificação morfossintática, a relação de concessão (*although*) ou de adversidade (*but*). Além dessa distinção, observamos também que em (14b) é o segundo Ato Discursivo, o Subsidiário, que veicula a função retórica Concessão (Conc), enquanto em (15b) essa função é veiculada pelo primeiro Ato, já que, neste caso, o segundo Ato é o Nuclear.

Podemos dizer que a diferença entre (14) e (15) reside no estatuto informacional atribuído pelo Falante. Assim, os Atos Discursivos Nucleares podem ser concebidos como aqueles que os Falantes atribuem maior peso comunicativo, e os Atos Discursivos Subsidiários, aqueles que os Falantes atribuem menor peso comunicativo.

Essas distinções são captadas no processo de codificação morfossintática e se refletem no tipo de juntor selecionado. Tomando como base ainda os exemplos (14) e (15), se a intenção do Falante é chamar a atenção para o grau de facilidade do trabalho e apenas conceder a informação que foi um trabalho demorado, a codificação se dá com *although*. Caso a intenção seja apenas assinalar a facilidade do trabalho, sem conceder nenhum tipo de possível obstáculo, a codificação se dá com *but*.

- | Uma análise do estatuto comunicativo das orações introduzidas por *aunque* à luz da gramática discursivo-funcional

Tendo em vista a possibilidade de o Falante *conceder* algo, um teste que corrobora tratar-se de Atos Discursivos, conforme Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 54), é a possibilidade de inserir o ato performativo *I concede that* entre os dois Atos Discursivos envolvidos na relação, como comprova (14c) a seguir.

- (14c) The work was fairly easy, although (*I concede that*) it took me longer than expected. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 54).
O trabalho foi razoavelmente fácil, embora (eu admita/o que) tenha levado mais tempo que o esperado.

Hengeveld e Mackenzie (2008) observam que esse teste não é possível quando a concessão ocorre como função semântica, entre dois Conteúdos proposicionais, como exemplifica (16a) e sua representação em (16b):

- (16a) Although (**I concede that*) the work took longer than expected it was easy. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 55).
Embora (eu admita/o que) o trabalho tenha levado mais tempo que o esperado, foi fácil.

- (16b) (pi: - the work took longer than expected - (pi): (pj: - it was easy- (pj))_{Conc} (pi))

Conteúdos proposicionais (p) são construtos mentais, tais como crenças, desejos, conhecimentos. Podem ser qualificados em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) e/ou em termos de sua fonte ou origem (conhecimento partilhado, evidência sensorial, inferência) (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

Os trabalhos de Olbertz, Garcia e Parra (2016), Garcia e Felipe (2016) e Parra (2016) confirmam a atuação das concessivas no espanhol nas camadas do Ato Discursivo e do Conteúdo Proposicional⁵. No estudo de Garcia e Felipe (2016), as autoras verificam que as concessivas que atuam no domínio pragmático são mais recorrentes do que as que atuam no domínio semântico. No trabalho de Parra (2016), os números já são mais expressivos nas concessivas do Nível Representacional, o que pode ser justificado porque Parra (2016) estuda o espanhol falado e escrito, enquanto Garcia e Felipe estudam apenas o espanhol falado. Segundo Barth (2000), as *concessivas paratáticas*, aquelas que apresentam menor grau de integração sintática, tais como as concessivas que se constituem na camada do Ato, são cognitivamente mais fáceis de serem processadas pelos Falantes, o que pode justificar maior frequência dessas estruturas na modalidade falada.

⁵ Esses trabalhos reconhecem ainda a atuação das orações introduzidas por *aunque* na camada do Movimento, a mais alta do Nível Interpessoal.

Uma análise das relações argumentativas em orações introduzidas por *aunque*

Para melhor compreensão do fenômeno, a análise aqui apresentada não será guiada pela direção *top down* do modelo da Gramática Discursivo-Funcional. O primeiro tipo a ser tratado são as concessivas que se dão no domínio semântico, e não pragmático, como seria de se esperar de acordo com a organização *top down* da teoria. Essa opção se deve ao fato de que as concessivas do domínio semântico são aquelas comumente observadas na perspectiva tradicional do espanhol como protótipo de concessão.

Aunque no domínio semântico e seu estatuto informacional

As orações introduzidas por *aunque* que se dão no domínio semântico apresentam uma relação que envolve construtos mentais baseados em conhecimentos, crenças e desejos do Falante, conforme exemplifica (17a) a seguir:

- (17a) 2. ¿qué sueles- qué sueles poner para comer/ en esta época del año?
 1. pues ¿ahora? pues: o: pongo: judías en ensaladilla/ a mí *aunque sea verano me gustan mucho las sopas* ¿eh? (47, M-AH, 35)
2. o que você costuma – o que costuma comer nesta época do ano?
 1. bem, agora? Bem, eu como grãos em salada, eu gosto... *embora seja verão, eu gosto muito das sopas, né?*

Em (17a), as orações envolvidas na relação são *aunque sea verano* e *me gustan mucho las sopas*. Nesse caso, o Falante, com base no que conhece a respeito dos diferentes hábitos alimentares nas quatro estações do ano, sobretudo nos dias de inverno e verão, estabelece uma oposição: comer comidas quentes *vs.* dias de calor. Ele sabe, com base em seu conhecimento de mundo, que os dias quentes pedem comidas mais leves e frescas e que as sopas são propícias para os dias frios, um tipo de informação que, no modelo da GDF, advém do Componente Contextual.

As duas orações envolvidas em (17a), por se basearem em premissas e pressuposições, se estabelecem na camada do Conteúdo proposicional, a mais alta do Nível Representacional. O estatuto dessa camada pode ser confirmado, como vimos, pela impossibilidade de inserir o ato performativo *Yo admita/o que*. Esses casos aceitam, normalmente, a presença de modificadores próprios para essa camada, tais como *verdaderamente* (verdadeiramente) e *efectivamente* (efetivamente), conforme comprovam respectivamente as paráfrases que seguem:

- | Uma análise do estatuto comunicativo das orações introduzidas por *aunque* à luz da gramática discursivo-funcional

(17b) *aunque* (*yo admita/o que) sea verano me gustan mucho las sopas

(17c) *aunque efectivamente* sea verano me gustan mucho las sopas

Como se pode observar, a ocorrência (17) não aceita a inserção de atos performativos, como mostra (17b), mas aceita perfeitamente a inserção de modificadores de proposição, conforme (17c), comprovando, assim, que a relação se dá entre dois Conteúdos proposicionais (p) no Nível Representacional, conforme representado a seguir, em que a oração concessiva é assinalada pela função semântica concessão (conc):

(pi: -me gustan mucho las sopas- (pi): (pj: -sea verano- (pj))Conc (pi))

É possível perceber que as relações desse tipo se enquadram no esquema concessivo apresentado anteriormente *Aunque p, q*. Nesse caso, o fato de ser verão poderia representar um possível obstáculo para comer sopa, pois o falante sabe que em dias de alta temperatura não é propício comer comidas quentes como sopa.

Para Neves (1999), nesse esquema concessivo, como vimos, o falante antecipa possíveis obstáculos que poderiam ser levantados por seu ouvinte ou por outrem, refutando-os: (i) alguém/você poderia me objetar que no verão não se come sopa, não desconheço isso; (ii) de qualquer modo / ainda assim, eu gosto muito de sopa.

De acordo com Crevels (2000), nesse caso, a proposição (p) tem uma pressuposição subjacente (r) (se é verão, então eu não deveria comer sopa). No entanto, (q) expressa exatamente o oposto: eu gosto, eu vou comer sopa. Assim, para a autora, o conteúdo proposicional de (q) expressa um conceito primário, ou seja, apresenta aquilo que o Falante julga mais importante do ponto de vista argumentativo: eu gosto, eu como; enquanto o conteúdo proposicional de (p) expressa um conceito secundário, menos relevante do ponto de vista argumentativo: não importa se é verão. Assim, em (17), o Falante deseja assinalar que gosta de sopa, esse é seu argumento mais importante do ponto de vista interacional.

Esses conceitos podem ser reconhecidos também em (18a) a seguir:

(18a) 2. ¿tienes muchos amigos?

1. (m:) no muchos pero:/ sí buenos/// bueno también es verdad que:/ (m:)/// yo:/ (m) no considero:/ ***aunque me trate: bastante con ciertas personas***/ no las considero amigas// porque hay un:-/ un:- una barrera// una barrera/ no sé/// que para mí es llegar a un punto// para que// (m) pueda considerarlo: amigo ¿no?// si no pues es un conocido// (m:)/ con quien me puedo llevar genial/ pero:/ pero nada más (18, M-AH, 6)

2. você tem muitos amigos?

1. não muitos mas sim bons /// bem, também é verdade que eu não me considero / *embora eu me dê bem com algumas pessoas/ eu não as considero amigas///* porque existe uma barreira....

Na ocorrência (18a), a relação se estabelece entre *me trate bastante con ciertas personas e no las considero amigas*. Note que o Falante acredita que se dá bem com algumas pessoas e que elas não são suas amigas. Trata-se de constructos baseados em crenças e pressuposições do Falante, o que configura, na GDF, Conteúdos proposicionais.

Conteúdos proposicionais, na GDF, podem ser factuais quando se referem a crenças ou conhecimentos do Falante com relação ao mundo real, ou não factuais, quando correspondem a expectativas ou desejos com relação ao mundo imaginário (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). Observa-se, em (18), que o Falante trata de crenças com relação a suas amizades, constructos do mundo real, o que caracteriza Conteúdos proposicionais factuais. Em outras palavras, o falante apresenta tais relações como reais e verdadeiras, comprometendo-se, nas palavras de Crevels (2000), como vimos, com a verdade das duas orações envolvidas, (*p*) e (*q*).

Para Crevels, conforme apresentado, ao afirmar o que está contido nessas duas orações, com base em suas pressuposições, o Falante assume que o conteúdo de (*p*) e de (*q*) são geralmente incompatíveis.

Essa incompatibilidade permite a aproximação postulada pela literatura em contextos como o de (18), que seria facilmente parafraseável por:

(18b) yo me trato bastante bien con ciertas personas, *pero no las considero amigas*

Embora haja contraste e pressuposição tanto em (18a) quanto em (18b), observa-se que as relações argumentativas são distintas. Se recuperarmos os esquemas argumentativos de Montolío (2001) apresentados na seção (1), veremos que os efeitos de sentido são diferentes. Em (18a), em que observamos o esquema *Aunque p, q*, percebe-se que (*p*) perde, ou seja, o Conteúdo proposicional *me trate bastante bien con ciertas personas* é menos relevante para a interação. Isso quer dizer que, ao ser interrogado pelo documentador se tem muitos amigos, o Falante pondera que se dá bem com várias pessoas, o que poderia levar o seu Ouvinte, o documentador, a inferir que ele tem muitos amigos, mas descarta essa possível inferência, ou seja, nos termos de Montolío, (*p*) perde. No contexto fictício de (18b), que se enquadra no esquema *P, pero q*, por sua vez, ainda de acordo com Montolío, ganha (*q*), ou seja, em termos argumentativos, o Falante ressaltaria que não considera essas pessoas amigas, isso porque, do ponto de vista argumentativo,

- | Uma análise do estatuto comunicativo das orações introduzidas por *aunque* à luz da gramática discursivo-funcional

pero introduz a informação mais relevante, o que responderia à pergunta inicial do documentador “tienes muchos amigos?”, ou seja, o informante não tem muitos amigos.

Vale ressaltar que as relações em (18a) são semânticas, diferentemente de (18b), que são pragmáticas. Essa distinção pode ser mais explorada ao olharmos para a natureza das relações introduzidas por *pero*. Esse juntor, na Gramática Discursivo-Funcional, como mencionado, caracteriza uma função retórica, uma relação que ocorre estritamente no domínio pragmático.

***Aunque* no domínio pragmático e seu estatuto informacional**

As orações introduzidas por *aunque* que se dão no domínio pragmático apresentam uma natureza interpessoal, o que nos permite dizer que estão sempre voltadas para a interação, conforme mostra (19a) a seguir:

- (19a) 1. y eso pues bueno (lapso = 2) (hh) no sé: hasta que punto// es bueno/ estropea el pequeño comercio que es la base de la economía nacional// el pequeño comercio
 2. sí un poco sí que: .../
 1. (hh) *eso es un problema/ nacional no es un problema de aquí **aunque aquí tenemos los nuestros y nuestras peleas// con los municipales//***
 2. pero bueno la gente del barrio: seguirá comprando allí me imagino ¿no?
 (45, H-AH, 33)

1. E isso olha (lapso =2) (hh) não sei até que ponto // é bom / atrapalha o comércio pequeno, que é a base da economia nacional // o comércio pequeno
 2. Sim um pouco sim que:.../
 1. (hh) *isso é um problema/ nacional não é um problema daqui **embora aqui temos os nossos e as nossas brigas // com os municipais***
 2. mas bem as pessoas do bairro continuarão comprando lá, imagino, não?

Em (19a), o Falante 2, proprietário de uma drogaria na cidade de Alcalá de Henares, estava analisando a influência dos supermercados nas vendas de produtos de cosméticos e de limpeza, os mesmos vendidos pelas drogarias. A ideia defendida por ele é a de que as grandes redes de supermercado interferem, de fato, nas vendas da drogaria e dos demais comércios locais, mas atesta que se trata de um problema nacional, e não municipal. Sente, no entanto, a necessidade de ponderar a existência de problemas (de outra natureza) no município, o que faz na forma de um pensamento posterior, um *aftherthought*. As orações envolvidas nessa relação são *eso es un problema nacional no es un problema de aquí e aquí tenemos los nuestros y nuestras peleas con los municipales*.

O falante, na verdade, afirma em *es un problema nacional no es un problema de aquí* que o fato de os supermercados venderem os mesmos produtos que o comércio local não é um problema exclusivo de Alcalá e, em seguida, pondera essa afirmação, *aquí tenemos los nuestros y nuestras peleas con los municipales*, trazendo uma informação que a corrige de alguma forma, já que o Ouvinte poderia pensar que não há problemas desse tipo no município. Essa relativização tem como consequência a posposição da oração tradicionalmente denominada subordinada adverbial concessiva *aunque aquí tenemos los nuestros y nuestras peleas [...]* à oração *eso es un problema/ nacional no es un problema de aquí*.

Observe que não temos, na verdade, uma oração principal nos termos da Gramática Tradicional, o que temos é um sequenciamento de duas orações copulativas que constituem uma unidade de informação, o que caracteriza, na Gramática Discursivo-Funcional, um Ato Discursivo. A relação de contraste se estabelece, nesse caso, entre Atos Discursivos, no Nível Interpessoal.

O Ato Discursivo é definido por Kroon (1995, p. 65 apud HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 60, tradução nossa⁶) como “a menor unidade identificável da comunicação”. A relação entre as duas estruturas envolvidas na relação tradicionalmente concebida como concessiva se dá, nesse caso, do ponto de vista discursivo-funcional, entre um Ato Discursivo Nuclear, representado por *eso es un problema/ nacional no es un problema de aquí*, e outro Subsidiário, *aquí tenemos los nuestros y nuestras peleas con los municipales*.

Na GDF, como vimos, a relação de dependência entre Atos Discursivos é expressa na representação subjacente por uma função retórica. Nesse caso, pois, o Falante *concede* uma informação, a de que em Alcalá também há problemas municipais, a fim de “corrigir” ou “limitar” algo que foi dito anteriormente, no Ato Nuclear, o que caracteriza a função retórica Concessão (Conc), carregada pelo Ato Subsidiário.

Podemos comprovar o estatuto de Ato Discursivo dessas construções em (19b), representados, por sua vez, em (19c):

(19b) *eso es un problema/ nacional no es un problema de aquí aunque yo admita que aquí tenemos los nuestros y nuestras peleas// con los municipales*

(19c) $(M_1: [(A_1: - \text{eso es un problema nacional no es un problema de aquí} - (A_1)) (A_2: - \text{aquí tenemos los nuestros y nuestras peleas con los municipales} - (A_2)_{\text{Conc}}] (M_1))$

6 No original: “the smallest identifiable units of communicative behavior [...]”.

- | Uma análise do estatuto comunicativo das orações introduzidas por *aunque* à luz da gramática discursivo-funcional

Como se pode observar em (19b), é possível admitir a inserção do ato performativo *yo admita que* após o juntor *aunque*, o que comprova, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), o estatuto dessa camada. Esses Atos são representados, por sua vez, em (19c), em que se nota presença da função retórica Concessão (Conc) no segundo Ato, o Subsidiário.

Conforme mostram Garcia e Felipe (2019), contextos como o de (19) permitem a substituição de *aunque* por *pero*. A ocorrência (19) preenche todos os requisitos apresentados pelos compêndios descritivistas do espanhol para que *aunque* seja substituído por *pero*: a oração iniciada por *aunque* ocorre posposta à principal, com verbos no indicativo (*tenemos*) e pode-se observar a presença de pausas substanciais entre as duas orações envolvidas. Defendem as autoras, no entanto, que esses critérios são apenas características morfossintáticas de um fenômeno que se dá exclusivamente no Nível Interpessoal, ou seja, são marcas da codificação do que ocorre nos níveis mais altos.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), a função retórica Concessão pode ser marcada pela presença de *but* (*pero*) no Ato Discursivo Nuclear, conforme se observa na paráfrase em (19d) e sua representação em (19e):

(19d) eso es un problema/ nacional no es un problema de aquí *pero* aquí tenemos los nuestros y nuestras peleas// con los municipales

(19e) (M₁: [(A₁: - eso es un problema nacional no es un problema de aquí - (A₁))_{Conc} (A₂: - aquí tenemos los nuestros y nuestras peleas con los municipales - (A₂)] (M₁))

A representação (19e) mostra que a função retórica Concessão (Conc) é apresentada pelo primeiro Ato Discursivo (A₁), o Subsidiário, enquanto o juntor *pero* assinala o segundo Ato Discursivo (A₂), o Nuclear.

Os estatutos dos Atos envolvidos nas funções retóricas, como vimos, para Hengeveld e Mackenzie, são atribuídos pelo próprio Falante a depender das suas intenções comunicativas. Assim, o Ato Discursivo Nuclear apresenta aquilo que o Falante julga mais importante do ponto de vista comunicativo, ou seja, apresenta maior estatuto informacional, enquanto o Ato Discursivo Subsidiário apresenta aquilo que o Falante julga menos relevante.

Essa consideração nos permite distinguir contextos como (19a) e (19d). Em (19a), o Ato Discursivo Subsidiário é marcado por *aunque*, enquanto em (19d) o Ato Nuclear é assinalado por *pero*. Dessa forma, em (19a), a informação considerada pelo Falante como mais relevante do ponto de vista comunicativo é *eso es un problema/ nacional no es un problema de aquí*, enquanto em (19d), a informação a que atribui maior estatuto comunicativo é *aquí tenemos los nuestros (problemas) y nuestras peleas// con los municipales*.

Ao compararmos as respectivas representações subjacentes, observamos que a principal distinção reside na natureza dos Atos Discursivos envolvidos. Em (19b), o Falante apresenta o Ato Subsidiário cujo Conteúdo Comunicado traz os problemas existentes em Alcalá de Henares como algo comunicativamente menos relevante do que o Conteúdo Comunicado do primeiro Ato, o Nuclear, comunicativamente mais relevante, cujo Conteúdo Comunicado diz respeito à concorrência entre os grandes supermercados e os pequenos comércios em todo o país, e não apenas de Alcalá de Henares. Podemos dizer que, nesse caso, a intenção do Falante é, na verdade, conduzir o Ouvinte a concluir que o fato de os supermercados venderem os mesmos produtos do comércio local é mesmo um problema, algo que ocorre em todo o país. Em (19d), por sua vez, o Falante atribui maior peso comunicativo ao Ato Nuclear, cujo Conteúdo Comunicado apresenta os problemas que os comerciantes de Alcalá de Henares têm com o município. Assim, sua intenção é conduzir o Ouvinte a concluir que em Alcalá há problemas municipais de outra natureza.

Os diferentes estatutos dos Atos envolvidos na função retórica Concessão, no Nível Interpessoal, têm consequências no processo de codificação morfossintática. Quando o Falante atribui maior peso comunicativo ao primeiro Ato, o Nuclear, e menor ao segundo, o Subsidiário, no Nível Morfossintático, o juntor que codifica essa distinção é *aunque*. Por outro lado, quando atribui maior peso comunicativo ao segundo Ato, o Nuclear, e menor ao primeiro Ato, o Subsidiário, no Nível Morfossintático, o juntor utilizado é *pero*. Essas distinções são captadas, em resumo, pelo processo de codificação morfossintática, o que resulta na seleção de um ou outro conector.

O alinhamento entre os níveis mostra que cada Ato corresponde a uma Oração (Cl), categoria universal da estrutura sintática, definida por Hengeveld e Mackenzie (2008) como um conjunto de um ou mais Sintagmas e Palavras. Caracteriza-se por apresentar um esquema de ordenação desses elementos e por apresentar expressões morfológicas de conexão, tais como a concordância. As ocorrências (19a) e (19d) podem, assim, ser representadas em (19e) e (19f) respectivamente:

(19e) (Le_i: [(Cl_i: eso es un problema nacional no es un problema de aquí (Cl_i)) (Gw_i: aunque (Gw_i)) (Cl_j: - aquí tenemos los nuestros y nuestras peleas con los municipale (Cl_j))] (Le_j))

(19f) (Le_i: [(Cl_i: eso es un problema nacional no es un problema de aquí (Cl_i)) (Gw_i: pero (Gw_i)) (Cl_j: aquí tenemos los nuestros y nuestras peleas con los municipales (Cl_j))] (Le_j))

As representações do Nível Morfossintático mostram que cada Ato Discursivo corresponde a uma Oração (Cl). Assim, a Expressão Linguística (Le) é composta por duas Orações (Cl) e uma Palavra Gramatical (Gw). A integração entre os níveis mostra que a

- | Uma análise do estatuto comunicativo das orações introduzidas por *aunque* à luz da gramática discursivo-funcional

diferença de estatuto dos Atos no Nível Interpessoal se codifica nas diferentes Palavras Gramaticais (Gw). Quando a relação entre os Atos é a sequência Ato Nuclear + Ato Subsidiário, a Palavra Gramatical utilizada é *aunque*. Por outro lado, quando a sequência é Ato Subsidiário + Ato Nuclear, a Palavra Gramatical utilizada é *pero*.

Outro caso interessante é o de (20a) a seguir em que a oração introduzida por *pero* ocorre logo após oração introduzida por *aunque*:

- (20a) 2. ¿por qué- por qué (?) por qué te sacó tu ...?/
 1. pues *porque* (e:) *se estudiaba más en el colegio/ (e:) te tenían más vigilado (e:) y bueno// aunque era/ siempre más caro que lo oficial pero// los padres se preocupan de que los hijos estén/ lo mejor posible//* entonces nos tenían más vigilados no: con mejores-// mejores medios// porque la:- los colegios/ el instituto/ siempre había en aquella época/ después de una guerra pues eso estaba un poco-/ un poco desmantelado (45, H-AH, 33)
 2. Por que te tiraram?
 1. Bom porque a gente estudava mais no colégio / eles vigiavam mais os alunos e bom... *embora era sempre mais caro que o oficial mas// os pais se preocupam que os filhos estejam o melhor possível///* então nos mantinham mais vigiados né? Com melhores // melhores meios// porque os colégios / o instituto sempre havia naquela época / depois de uma guerra pois isso estava um pouco desmantelado

De acordo com Neves (1999), nesses casos, observa-se a refutação a uma objeção, esquema tradicionalmente reconhecido como concessivo, e também a admissão (maior ou menor) de uma proposição, esquema tradicionalmente reconhecido como adversativo. As pausas, assinaladas na escrita por barras duplas (//), nos ajudam a delimitar as unidades informacionais, cada uma com seu contorno entonacional próprio. Nos dão, assim, pistas de que se tratam de Atos Discursivos, havendo, nesse caso, uma relação entre três Atos: (A₁) *se estudiaba más en el colegio ... te tenían más vigilado*; (A₂) *era siempre más caro que lo oficial*; (A₃) *los padres se preocupan de que los hijos estén lo mejor posible*.

Em termos argumentativos, pode-se dizer que o Falante apresenta um Ato Discursivo, cujo Conteúdo Comunicado chama a atenção para o fato de que se estudava mais no colégio, concede a informação, no segundo Ato, de que se tratava de um colégio caro, o que poderia ser utilizado como contra-argumento pelo Ouvinte ou por outra pessoa, para depois reiterar que os pais pagavam mensalidade escolar porque queria o melhor possível para seus filhos, sendo esse o argumento mais importante para que o Ouvinte chegue à conclusão de que valia a pena estudar naquele colégio.

A relação que se estabelece pode ser representada em duas formalizações:

- (20b) (M_i: [(A_i: - se estudiaba más en el colegio ... te tenían más vigilado - (A_j)) (A_j: - era siempre más caro que lo oficial - (A_j)_{Conc}] (M_i))
- (20c) (M_i: [(A_i: - era siempre más caro que lo oficial - (A_j)_{Conc} (A_j: - los padres se preocupan de que los hijos estén lo mejor posible - (A_j))] (M_i))

As representações mostram que as relações entre os três Atos Discursivos se dão entre duas funções retóricas Concessão (Conc). Em (20b) o primeiro Ato (A_i) é *se estudiaba más en el colegio... te tenían más vigilado*, e o segundo, (A_j), *era siempre más caro que lo oficial*, sendo esse o que carrega a função retórica Concessão; nesse caso, o primeiro Ato (A_i) é o Nuclear, ao qual o falante atribui maior peso comunicativo, e o segundo, (A_j), o Subsidiário, ao qual o Falante atribui menor peso comunicativo. Em (20c), por outro lado, o primeiro Ato é o Subsidiário, *era siempre más caro que lo oficial*, que carrega a função retórica Concessão (Conc), ao qual o Falante atribui menor peso comunicativo, e o segundo, *los padres se preocupan de que los hijos estén lo mejor posible*, o Nuclear, ao qual o Falante atribui maior peso comunicativo.

Essa diferença entre os estatutos dos Atos Discursivos envolvidos nas duas representações se reflete no Nível Morfossintático, como se observa nas representações que seguem em (20d) e em (20e) respectivamente:

- (20d) (Le_i: [(Cl_i: se estudiaba más en el colegio ... te tenían más vigilado (Cl_i)) (Gw_i: aunque (Gw_i)) (Cl_j: era siempre más caro que lo oficial (Cl_j))] (Le_i))
- (20e) (Le_i: [(Cl_i: era siempre más caro que lo oficial (Cl_i)) (Gw_i: pero (Gw_i)) (Cl_j: los padres se preocupan de que los hijos estén lo mejor posible (Cl_j))] (Le_i))

As representações do Nível Morfossintático mostram que a Expressão Linguística (Le) é composta por duas Orações (Cl) e que a diferença de estatuto dos Atos Discursivos no Nível Interpessoal se codifica em duas diferentes Palavras Gramaticais, *aunque* ou *pero*.

Os resultados mostram, em resumo, que tanto as orações concessivas quanto adversativas configuram funções retóricas na Gramática Discursivo-Funcional. A diferença entre elas reside no fato de que no primeiro caso, nas concessivas, o Ato que carrega o juntor *embora* é o segundo, o Subsidiário, argumentativamente menos relevante, enquanto no segundo caso, nas adversativas, embora o Ato que carregue o juntor *pero* também seja o segundo, esse é o Nuclear, argumentativamente mais importante do ponto de vista da argumentação. A argumentatividade é compreendida aqui, com base em Guimarães (2007), como algo que vem como consequência do que se diz.

- | Uma análise do estatuto comunicativo das orações introduzidas por *aunque* à luz da gramática discursivo-funcional

Conclusões

Este artigo se debruça sobre a questão da argumentação e do peso argumentativo das orações introduzidas por *aunque* no espanhol falado à luz da Gramática Discursivo-Funcional. A argumentação é concebida neste estudo, assim como faz Montolío (2001) e Guimarães (2007), como consequência de algo que o Falante diz. Assim, orientar argumentativamente é dizer A para que o Ouvinte pense ou conclua C.

Do ponto de vista discursivo-funcional, as orações introduzidas por *aunque* podem atuar no Nível Representacional, quando constituem funções semânticas, ou no Nível Interpessoal, quando configuram, sobretudo, funções retóricas.

No primeiro caso, as orações enquadram-se no famoso esquema concessivo *Aunque p, q* (cf. KÖNIG, 1985; NEVES, 1999; CREVELS, 2000; MONTOLÍO, 2001), em que a oração concessiva (*p*) e a principal (*q*) constituem-se na camada do Conteúdo proposicional (*p*), a mais alta do Nível Representacional. Nesse caso, com base em Crevels (2000), o Conteúdo proposicional de *q* expressa um conceito primário, ou seja, apresenta aquilo que o Falante considera mais importante do ponto de vista argumentativo, diferentemente do Conteúdo proposicional de *p*, que expressa um conceito secundário, argumentativamente menos relevante. O Falante, assim, tem a intenção que o Ouvinte conclua o que está em *q*, representado, em termos tradicionais, pela oração principal.

No segundo caso, as orações introduzidas por *aunque* atuam no Nível Interpessoal e não se enquadram nesse reconhecido esquema concessivo. Configuram relações entre Atos Discursivos, um Nuclear e outro Subsidiário, que carrega a função retórica Concessão (Conc). Os compêndios descritivistas do espanhol denominam esses casos de *aunque restrictivo* porque pode ser substituído por *pero*, o que Garcia e Felipe (2019), já do ponto de vista discursivo-funcional, atribuem à natureza interpessoal das construções, pois configuram função retórica.

A função retórica se dá, neste modelo, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), quando o falante atribui aos Atos Discursivos estatuto desigual. Este trabalho explora a diferença entre esses estatutos no Nível Interpessoal e mostra que essa distinção se reflete no Nível Morfossintático.

Quando o primeiro Ato Discursivo é Nuclear e o segundo é Subsidiário, o que apresenta a função retórica Concessão, o falante atribui maior peso comunicativo ao primeiro e menor ao segundo. O segundo Ato apenas concede uma informação com relação ao Conteúdo Comunicado apresentado no primeiro Ato. No processo de codificação morfossintático, cada Ato corresponde a uma Oração. Tem-se, assim, uma Expressão Linguística formada por duas Orações e uma Palavra Gramatical (*aunque*).

Quando, por outro lado, o primeiro Ato Discursivo é Subsidiário, apresentando a função retórica Concessão, e o segundo é o Nuclear, o falante atribui maior peso comunicativo ao segundo, o que é marcado pelo juntor. No processo de codificação morfossintático, cada Ato corresponde a uma Oração. A Expressão Linguística é constituída por duas Orações e uma Palavra Gramatical (*pero*).

Este estudo mostra, em resumo, que os casos de *aunque restrictivo* apresentados pelos compêndios descritivos do espanhol constituem casos de função retórica Concessão e que a substituição de *aunque* por *pero* nesses contextos não é gratuita. A Gramática Discursivo-Funcional explica essa possibilidade ao atentar-se para a diferença de estatuto atribuída pelo Falante aos diferentes Atos, a depender das suas intenções comunicativas.

Referências

ASCOMBRE, J. C.; DUCROT, O. Deux mais en français. **Lingua**, Paris, v. 43, p. 23-40, 1977.

BARTH, D. "That's true, although not really, but still": expressing concession in spoken English. *In*: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (ed.). **Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p. 411-437. (Topics in English Linguistics, 33).

COUPER-KUHLEN, E.; THOMPSON, S. A. Concessive patterns in conversation. *In*: COUPER-KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (ed.). **Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p. 381-410.

CREVELS, M. **Concession: a typological study**. 2000. Tese (Doutorado) – Amsterdam Center for Language and Communication, University of Amsterdam, Amsterdam, 2000.

CREVELS, M. Concession in Spanish. *In*: HANNAY, M.; BOLKESTEIN, A. M. (ed.). **Functional grammar and verbal interaction**. Amsterdam: John Benjamins, 1998. p. 129-148.

DUCROT, O. *et al.* **Les mots du discours**. Paris: Minuit, 1980.

- | Uma análise do estatuto comunicativo das orações introduzidas por *aunque* à luz da gramática discursivo-funcional

FELIPE, M. A. M. P. F. **Entre a concessão e a adversidade:** construções com *aunque* no espanhol peninsular falado sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2018.

FLAMENCO GARCÍA, L. Las construcciones concesivas y adversativas. *In:* BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (org.). **Gramática descriptiva de la lengua española**. Madrid: Espasa-Calpe, v. 3: Entre la oración y el discurso, 1999. p. 3805-3878.

GARCIA, T. S.; FELIPE, M. A. M. P. Entre a concessão e a adversidade: orações introduzidas por ‘*aunque*’ no espanhol sob o viés funcionalista. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, v. 41, p. 1-12, 2019.

GARCIA, T. S.; FELIPE, M. A. M. P. Oorações concessivas prefaciadas por *aunque* no espanhol peninsular falado: uma descrição à luz da gramática discursivo-funcional. **Revista Letras**, v. 93, n. 1, p. 109-130, 2016.

GARCIA, T. S. **As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional**. 2010. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2010.

GARCIA, T. S.; FELIPE, M. A. M. P. Entre a concessão e a adversidade: orações introduzidas por ‘*aunque*’ no espanhol sob o viés funcionalista. **Acta Scientiarum. Language And Culture**, v. 41, p. 1-12, 2019.

GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação:** um estudo de conjunções do português. 4. ed. Campinas: Pontes, 2007.

HASPELMATH, M.; KÖNIG, E. Concessive conditionals in the languages of Europe. *In:* VAN DER AUWERA, J. **Adverbial constructions in the languages of Europe**. New York: Mouton de Gruyter, 1998. p. 335-419.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. Gramática Discursivo-Funcional. *In:* SOUZA, E. R. (org.). **Funcionalismo linguístico:** novas tendências teóricas. Tradução Marize Mattos Dall’Aglio-Hattner. São Paulo: Contexto, 2012. p. 43-82.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar**: a typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.

KÖNIG, E. On the history of concessive connectives in English, diachronic and synchronic evidence. **Lingua**, Amsterdam, v. 66, n. 1, p. 1-19, 1985.

MONTOLÍO, E. **Conectores de la lengua escrita**. Editorial Ariel, 2001.

NEVES, M. H. M. As construções concessivas. *In*: NEVES, M. H. M. **Gramática do português falado**. 2. ed. v. VII. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p. 545-591.

OLBERTZ, H.; GARCIA, T. S.; PARRA, B. G. G. El uso de 'aunque' en el español peninsular: un análisis discursivo-funcional. **Linguística**, v. 32, n. 2, p. 91-111, 2016.

PARRA, B. G. G. **Uma investigação discursivo-funcional das orações concessivas introduzidas por aunque em dados do espanhol peninsular**. 2016. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2016.

PARRA-ARAÚJO, B. G. G.; GASPARINI-BASTOS, S. D. A posição das orações concessivas introduzidas por 'aunque' no espanhol falado peninsular. **Domínios de Linguagem**, v. 14, p. 7-36, 2020.

PEZATTI, E. G.; CAMACHO, R. G. Funções retóricas e ordem: relação entre pragmática e morfossintaxe. *In*: RIOS, M.; CEZARIO, M. M. (org.). **Funcionalismo linguístico: diálogos e vertentes**. v. 40. Niterói: EDUFF, 2017. p. 157-184.

Real Academia Española y Asociación de Academias de la Lengua Española. **Manual**. Madrid. Espasa, 2010.

Real Academia Española y Asociación de Academias de la Lengua Española. **Nueva gramática de la lengua española**, 3 vols. Madrid, Espasa, 2009.

SÁNCHEZ, A. **Gramática Práctica de español para extranjeros**. Madrid: Sociedad General Española de Librería, 2001.

- | Uma análise do estatuto comunicativo das orações introduzidas por *aunque* à luz da gramática discursivo-funcional

COMO CITAR ESTE ARTIGO: GARCIA, Talita Storti. Uma análise do estatuto comunicativo das orações introduzidas por *aunque* à luz da gramática discursivo-funcional. **Revista do GEL**, v. 17, n. 1, p. 81-106, 2020. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg>

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/gel.v17i1.2755>

Submetido em: 13/10/2019 | Aceito em: 23/05/2020.
